

Os Primeiros Aldeamentos na Província de Goiás: Bororo e Kaiapó na Estrada do Anhangüera

Oswaldo Martins Ravagnani¹

Departamento de Antropologia, Política e Filosofia, Faculdade de Ciências e Letras – Unesp, Araraquara – SP

Para que melhormente se pudesse desentranhar do solo as suas preciosidades, varria-se da superfície da terra e seus habitantes [Alencastre, 2:14].

RESUMO: A descoberta do ouro, o povoamento da região e a guerra com o indígena. O processo de ocupação capitalista, a expropriação da terra e a política indigenista adotada. O início dos aldeamentos oficiais ou ainda apenas quartéis de tropas índias? Aldeia do Rio das Pedras, do Lanhoso e do Piçarrão.

PALAVRAS-CHAVE: Goiás, mineração, ocupação da terra, povoamento, guerra ao índio, expansão capitalista, aldeamentos oficiais, política indigenista, Bororo, Kayapó.

Em 1722 Bartolomeu Bueno da Silva firmou contrato com o governador Rodrigo César de Menezes pelo qual teria participação no ouro que encontrasse. Recebeu na ocasião um regimento com catorze artigos no qual se observava o “estabelecimento de um sistema de autoridade, política de paz e respeito para com os índios, procurando aldeá-los, mas sempre por meio de persuasão, nunca pelo recurso à força” (34:19). O governador prometeu, ainda, abrir o caminho das minas de Cuiabá através de Goiás. Três anos depois Bartolomeu encontrou minas auríferas na região que mais tarde ficou conhecida como província de Goiás, e um grande fluxo migratório ocorreu na área.

O povoamento propriamente dito se iniciou em 1727, quando Bartolomeu Bueno fundou o primeiro arraial, chamado Sant’ Ana, localizado na margem do Rio Vermelho. Muitos outros floresceram a sua volta, margeando os rios e córregos onde era encontrado ouro de aluvião, como Meia Ponte, Barra, Ferreiro, Santa Rita, Ouro Fino e Caixa (41, v.1:148; 34:29-31; 29:225-47). Em 1729, Santa Cruz, no caminho de São Paulo, Anta e Guaninos. Em 1732, Água Quente; em 1734, Natividade; e, no ano seguinte, Curixá, Traíras e São José do Tocantins. Em 1736, São Félix, dois anos depois, Pontal e Porto Real. Em 1740, Arrais, Cavalcante, Conceição e Chapada. No ano seguinte, Pilar. Desde então diminuíram os achados auríferos. Em 1749 apareceram ainda Carmo, Santa Luzia e Cocal. A partir daí os governadores promoveram novas bandeiras, com o objetivo de descobrir outras minas, o que no entanto não ocorreu (38:18-9).

Sant’ Ana prosperou muito e doze anos depois foi elevado a vila com o nome de Vila Boa (2:75). Com os outros arraiais nem sempre ocorreu o mesmo. De um modo geral não eram permanentes e subsistiam enquanto havia ouro. Uma vez exaurido, os habitantes migravam, abandonando suas casas (2:19-20). A população que se concentrou nestes povoados criou dois problemas: a) a manutenção da ordem, devido a distância entre os arraiais e a presença de foragidos da Justiça; b) o contrabando do ouro, pelos mesmos motivos. O segundo, sem dúvida, mais sério para o gover-

no, que apesar das medidas tomadas nunca conseguiu evitá-lo. A solução encontrada foi separar Goiás da capitania de São Paulo e torná-lo independente, o que ocorreu em 1749, com a posse de seu primeiro governador, dom Marcos de Noronha, conde dos Arcos (41:153; 29:67; 2:93).

A situação dos indígenas da região

Os bandeirantes vinham atacando os indígenas da região de Goiás desde o final do século XVI. Seu objetivo era aprisioná-los e vendê-los como escravos, mas aproveitavam suas viagens pelo interior para procurar ouro. Levavam grande aparato bélico e por isso, embora o grupo fosse pequeno, destruía aldeias inteiras, prendiam os sobreviventes e transportavam-nos para o litoral. Alencastre (2:14-5) diz: “Devastadas e destruídas a ferro e fogo as aldeias, até então pacíficas e tranquilas, os silvícolas, que escapavam à fúria dos bandeirantes, se iam refugiar nas solidões das florestas, onde supunham poder estar a salvo de tão estranhos civilizadores: mas embalde, que para esses aventureiros não havia divisas, nem distâncias, nem obstáculos insuperáveis”.

Com a descoberta do ouro e o povoamento da região cessaram as bandeiras de caça aos indígenas. Economicamente era mais rendoso explorar o minério. A afluência humana para as minas fez os nativos se refugiarem no interior. Surgiu um novo ciclo das bandeiras, agora preocupadas em descobrir novas minas, principalmente quando as antigas começaram a se esgotar.

Até 1750 as bandeiras foram organizadas e financiadas quase exclusivamente por particulares. A partir daí os governadores assumiram essa tarefa. Começaram a ser organizadas nos próprios arraiais e não mais na província de São Paulo. As bandeiras tinham agora como objetivo secundário atacar as tribos que encontrassem, deixando o território livre e os povoados tranquilos. Afirmei em outro trabalho (38:23) que o indígena “passou a ser considerado um intruso que deveria ser morto ou

expulso da área, uma vez que sua mão-de-obra no garimpo goiano era dispensável e fartamente substituída pelo escravo africano”.

Como o ouro ficou escasso na região, as bandeiras começaram a procurá-lo em locais mais distantes, nos rios e riachos onde as tribos tinham se refugiado. E as escaramuças reiniciaram. Disputava-se o território: os indígenas para usá-lo como hábitat, os brancos para vasculhá-lo em busca de riqueza.

O governador havia prometido e deveria nesse momento abrir o caminho ligando as minas de Cuiabá às de Goiás. A população precisava importar alguns bens através do distante porto de Santos. Por isso: “No meio de expedições para tomar vingança dos bárbaros, surgiu a idéia de abrir caminho para Goiás e o povo concorreu com três mil oitavas para a obra. Realizou-a Antônio Pinto de Azevedo, que já estava de volta a Cuiabá em setembro de 1737, com cavaliças e gados, os primeiros ali introduzidos” (1:238). A estrada se estendia pela província de São Paulo indo até Santos. Disse Abreu (1:240): “O primitivo caminho de São Paulo pouco tempo conservou-se único; apesar das proibições repetidas e arbitrárias abriam-se mais outras picadas, e gados e aventureiros afluíram de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí e Maranhão”.

Essa importante estrada, por onde se transportavam mercadorias do litoral para o interior e ouro em sentido contrário, trouxe problemas para as autoridades. Além do contrabando havia os ataques dos Kayapó que habitavam o sul de Goiás, na divisa com Mato Grosso e São Paulo. A solução encontrada foi colocar tropas para proteção dos comboios. Numa carta do governador dom Marcos de Noronha (33:57) se lê: “Deste pequeno corpo se formam dois destacamentos que efetivamente estão um no caminho de S. Paulo para defender as estradas dos insultos que nelas fazia o gentio Caiapó (...)”. Em outra, dirigida ao rei português (31:32-3), afirma que o destacamento da estrada de São Paulo continha vinte soldados.

O problema, no entanto, não foi resolvido. Os ataques dos Kayapó, ou “bilreiros”, continuavam “em 200 léguas de comprimento, desde o Rio

Uruçanga (20 e poucos quilômetros de Mogi Mirim) até Vila Boa” (47:519). Na verdade, eles se opunham à invasão dos brancos desde a descoberta do ouro, atacando as minas e a estrada (25:66-8). Mais importante que a proteção aos usuários da estrada era que “O vão entre Goiás e Cuiabá que os índios não deixavam examinar era de terras minerais capazes de proporcionar grandes haveres” (46:254).

Em vista disso dom Luís de Mascarenhas tomou algumas medidas. Em 6 de janeiro de 1742 baixou um regimento repressivo, que os capitães da conquista dos Kayapó deveriam seguir no distrito e nas circunvizinhanças de Vila Boa. Pensou-se também numa entrada chefiada por Bento Pais de Oliveira, genro do Anhangüera. Como não foi viável, resolveu-se contratar um sertanista experimentado, e a princípio lembrou-se de Angelo Preto, que estava em Cuiabá. Era mateiro famoso, e companheiro de Pascoal Moreira Cabral nas primeiras descobertas de ouro em Mato Grosso. No entanto, ele não pode ou não se interessou pela empreitada (46:254). Foi contratado, então, Antônio Pires de Campos.

Coronel Antônio Pires de Campos

Era descendente de uma família de bandeirantes. Seu avô Manuel de Campos Bicudo fez 24 entradas no sertão (9:267). Teve um filho, também sertanista, chamado Antônio Pires de Campos, que foi pai de um homônimo. Os dois Antônio Pires de Campos, pai e filho, tiveram a alcunha de *Pay Pirá* e certamente eram de Itu. O primeiro, o pai, possuía uma fazenda em Itaici, 20 quilômetros daquela cidade. Chegou a ter aí centenas de índios aldeados (46:253). Nasceu em 1659 e faleceu nonagenário, em 1749. Pouco depois de 1670 partiu de Piratininga com seu pai, Manuel de Campos Bicudo, rumo ao nordeste de Mato Grosso à procura de índios serranos. Tinha 14 anos de idade. Descobriram a Serra dos Martírios, e em território goiano encontraram a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, que também levava o filho de 14 anos, o jovem Bartolomeu (9:267).

Antônio Pires de Campos, o filho, de quem falarei daqui em diante, veio de Cuiabá substituindo Angelo Preto. Chegou em Goiás no princípio de agosto de 1741, com aproximadamente 100 guerreiros bororo, e em seguida investiu contra os Kayapó, destruindo uma aldeia e aprisionando mulheres e crianças, o que entusiasmou os habitantes de Vila Boa. Mandou buscar mais 150 ou 200 bororo. Pediu e obteve, pelo serviço prestado, 1 arroba de ouro dos moradores dos arraiais que estavam sendo atacados. Ficou obrigado a abater aqueles índios onde estivessem e a livrar a capital e os arraiais de seus ataques durante dois anos (47:525;46:254-5). Arcou ainda com a responsabilidade de percorrer a área entre a Serra Dourada e o Rio Grande. Este vasto território abrangia os rios Pardo, Coxim, Taquari, Paraná, Claro dos Pasmados e as cabeceiras do Araguaia e compreendia os sertões de Camapuã que pertenciam aos Kayapó e que dom Luís de Mascarenhas desbravou (15:108).

Esta primeira campanha foi um sucesso do governador. Em 1742 dom Luís relatou ao rei a vitória. Antônio Pires de Campos havia percorrido mais de 150 léguas, até Camapuã, de onde regressou, deixando aí João de Godoy Pinto da Fonseca. Passou o Paranaíba e, obedecendo as ordens recebidas, estabeleceu a Aldeia do Rio das Pedras² com os índios que aprisionou (15:108-9). A vitória sobre os Kayapó do sul da capitania fez com que os moradores do centro-norte pensassem em contratar os serviços de Antônio Pires de Campos através de contribuições monetárias. Porém os Bororo se recusaram a segui-lo para o norte. Em consequência, desfez-se o trato, e a solução encontrada por dom Luís foi criar duas companhias de aventureiros, encarregadas de defender a população dos invasores, tendo uma permanecido no caminho de São Paulo e Goiás, ou Estrada do Anhangüera, como era chamada. Essas companhias de pedestres com designação de aventureiros foram depois reduzidas a uma (18:58-9;11:58-9; 39:10).

O êxito alcançado foi passageiro. Os Kayapó eram numerosos e voltaram à defesa de seu território. Em 1744 a Estrada do Anhangüera estava

praticamente em seu poder. A Câmara de São Paulo comunicou o fato a dom João V. Em 8 de março de 1746 o rei ordenou ao conde de Alba que ajustasse novamente a Antônio Pires de Campos para “desinfestá-la”. O que ocorreu em 29 de dezembro do mesmo ano, quando este recebeu uma carta pedindo-lhe para situar seus guerreiros naquela estrada, “na paragem que julgasse a mais conveniente” e que fosse em seguida a seu encontro para acertarem o novo trabalho.

Antônio Pires deixou seus índios na Serra Dourada, sob os cuidados do irmão, e partiu para Mato Grosso em busca de mais guerreiros e mulheres. Retornou em novembro de 1747, com grande “comitiva de bastardos e bororos”. Como estavam muito cansados obtiveram três meses de repouso antes de iniciar os ataques. A preocupação do governador com a estrada de São Paulo a Goiás era grande. Em carta de 1748 afirmou que desejava ver Antônio Pires de Campos estabelecido nela, no local denominado Sítio do Lanhoso, e o coronel Bartolomeu Bueno da Silva, o filho primogênito do segundo Anhangüera, com toda a sua gente no Rio Grande.

Em 15 de julho de 1748 o conde de Alba expediu um regimento pelo qual Antônio Pires de Campos deveria se fixar na sua Aldeia do Rio das Pedras, “por ser o mais cômodo lugar para o seu sustento”, como havia solicitado, e poderia ser assistido por trinta soldados brancos, se precisasse. Porém, quando o número de Bororo aumentasse deveria separar um grupo para se estabelecer no lugar chamado Lanhoso. Recebeu também o título de “Coronel da Conquista” do gentio Kayapó. Quanto à terça de 50000 réis e ao hábito de Cristo que pretendia só teria direito “quando indiscutivelmente se provasse que por completo reduzira os caiapós à impotência” (47:530-3; 20:79; 46:255-6).

Antônio Pires de Campos abateu violentamente os Kayapó com seus índios nesta segunda campanha. Tinha fundado até esta época três aldeamentos: Sant’ Ana, Rio das Pedras e Lanhoso³, sendo o segundo o principal. Estavam localizados na região hoje denominada Triângulo Mineiro (MG) e foram habitados por 500 Bororo (34:95; 18:55; 47:518).

O controle desses índios e dos aldeamentos era mantido com a ajuda de seu irmão primogênito, Manuel de Campos Bicudo, seu lugar-tenente e homônimo do avô paterno (47:519).

Dom Marcos de Noronha recebeu de Gomes Freire de Andrada vários documentos sobre a região, entre eles “uma procuração do coronel Antônio Pires de Campos a cujo cargo está comissão de desinfestar o caminho que vem de São Paulo para Goiás donde, antecedentemente, os gentios caiapós, fez aos vassallos de Vossa Majestade as mais cruéis hostilidades”. O governador enviou uma cópia desta procuração ao rei e pedidos de Antônio Pires, como “ajuda de custo com que possa remediar a vexação em que se acha, e continuar a despesa que faz com os Bororos, e mais pessoas que acham a completar o número de quinhentas que tantas lhe são necessárias, para continuar a destruição dos mesmos índios. Pretende mais além desta graça que lhe hajam por isentos de pagar capitação os seus escravos, e que se lhe conceda por sesmaria toda campanha do Rio Caiapó, quer logo a patente de capitão-mor da sua conquista, e que se lhe confirmem em tudo as mercês que Vossa Majestade foi servido fazer-lhe” (30:15; cf. 18:55-6).

Dom Marcos de Noronha continua dizendo em sua carta que no momento Antônio Pires estava no Rio das Pedras, no caminho que vai de São Paulo para Vila Boa e que sua estada ali estava sendo proveitosa, visto que há mais de um ano não tinha registro de assalto dos Kayapó aos comboios. Quanto aos pedidos acrescenta: “[...]e ainda que este homem não tem razão para pedir nenhuma ajuda de custo, em virtude do ajuste que fez, pelo geral se obrigou a fazer toda a despesa a sua custa”, o governo é de parecer que deva dar a ajuda pedida (*id.*, *ibid.*).

Em outra carta ao rei, o governador descreve um encontro com o provedor do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada, o qual lhe informou que “o caminho de São Paulo para Goiás, está desinfestado pelo ajuste que se fez com o coronel Antônio Pires de Campos, que se acha situado com alguns Bororo no meio dele, de onde expede algumas bandeiras da sua gente a correr a campanha todas as vezes que lhe parece que é con-

veniente para a segurança do dito caminho satisfazendo desta forma ao ajuste que fez de o desinfestar (...)” (32:11). Mas, apesar de agredidos, os Kayapó chegaram a matar brancos dentro de Vila Boa, em 1751.

Outra vez dom Marcos recorreu a Antônio Pires de Campos, que se encontrava na Aldeia do Rio das Pedras. Atendendo ao chamado partiu com seus guerreiros perseguindo e atacando os Kayapó, mas foi ferido por uma flecha no peito, abaixo do ombro direito. Transportado para Vila Boa recebeu elogios do governador pelo seu trabalho. Pouco depois regressou para o Rio das Pedras a fim de convalescer⁴. Pretendia organizar uma bandeira para destruir as aldeias caiapós, quando foi novamente solicitado pelo governador. Desta vez tratava-se de escoltar uma remessa de ouro para Vila Rica. Embora não estivesse de todo curado, atendeu ao pedido, partindo com seus indígenas. Foi acometido de febre e faleceu em Paracatu, em 1751, solteiro e moço ainda. Substituiu-o seu irmão Manuel de Campos Bicudo (46:256-7)⁵, assumindo as vultosas dívidas que deixou, inclusive à Fazenda Real⁶. Comprometeu-se a continuar as campanhas contra aqueles índios em troca do perdão das dívidas e com os mesmo direitos já estabelecidos (18:57-8).

Em pouco tempo foi esquecido o regimento que Bartolomeu Bueno da Silva recebeu em 1722, ao sair à procura das minas. Vimos que um dos seus catorze artigos dizia: “Estabelecimento de um sistema de autoridade, política de paz e respeito para com os índios, procurando aldeá-los, mas sempre por meio de persuasão, nunca pelo recurso à força (...)” (34:19). O ouro encontrado e a técnica utilizada para extraí-lo dispensavam a participação do indígena. Sua mão-de-obra era desnecessária. Bastaram três anos para que a prática contrariasse o regimento. As tribos que não fugiram aos primeiros combates foram massacradas, como a dos índios Goiá, ou abatidas aos poucos, dentro das possibilidades dos invasores brancos, como a dos Kayapó.

O caso dessa tribo mostra como era o relacionamento dos brancos com os indígenas na época. Em nenhum momento se pensou em pacificá-los, muito menos em “política de paz e respeito” ou se procurou “aldeá-los por meio de persuasão”. Nem os mineradores, nem as autoridades.

O que sempre prevaleceu foi o recurso à força por ordem dos governadores e do rei, atendendo aos pedidos dos garimpeiros. Os documentos são claros. As medidas tomadas por particulares ou as oficiais tinham por objetivo matar os Kayapó. Seus ataques atrapalhavam a coleta e o escoamento do ouro. E suas terras poderiam conter minas auríferas. Enfim, sua presença contrariava os interesses econômicos do capitalismo reinante.

Em carta dirigida ao rei, dom Marcos de Noronha afirmava que para a guerra ao indígena faltavam arma, munição, pólvora e bala. Mas sabemos que faltavam também homens, porque estavam trabalhando nas minas. E a solução veio pronta. Utilizar índios “mansos” na guerra contra os “bravos”. Já se tentara com êxito em outros lugares. Havia nisso dupla vantagem: não se usaria mineradores como soldados e na falta de material bélico se lutaria com arco e flecha, produzido na colônia pelos próprios guerreiros e sem gastos com munição e matéria-prima. Na mesma carta dizia “que é impossível o fazer guerra ao índio bárbaro, sem que esta seja com índios mansos”, pois faltando os mantimentos a que estão acostumados fogem, “o que não sucede com os índios, porque além de estarem acostumados à aspereza do mesmo mato, se sustentam da mesma caça que neles matam, das suas frutas ainda que agreste e do mel de pau”.

Uma terceira vantagem o governador acabava de confessar. Um exército de indígenas se auto-sustenta. Os cofres públicos economizam em soldados, soldos, fardas, armas, munições e alimentos. Sequer precisam de quartéis. Dom Marcos afirmou na mesma carta: “Neste governo não há índios nenhuns aldeados, nem esperança de que os possa haver tão depressa”. Foi então preciso buscá-los em Mato Grosso. E vieram soldados bororo com o coronel Antônio Pires de Campos. No final diz dom Marcos “que restam poucos (índios) porque ou morreram ou fugiram para suas terras” (32:12). Por isso no segundo ataque aos Kayapó, Antônio Pires voltou a Mato Grosso para buscar mais índios-soldados.

Vimos que os Bororo de Antônio Pires tiveram para com ele uma certa rebeldia, pois foi obrigado a romper o trato de atacar os Kayapó do norte da província, quando os índios se recusaram a acompanhá-lo. Mas é ine-

gável que os mantinha em escravidão. Buscava levar em Mato Grosso toda vez que necessitava e os submetia nos aldeamentos que fundou, longe de seu hábitat e por longos períodos⁷.

Além de guerrear contra os Kayapó, Antônio Pires servia ao governador em outras tarefas, como naquela em que perdeu a vida. Estava escoltando uma remessa de ouro para Vila Rica. O que se conclui de toda essa situação é que havia uma união de interesses entre o poder (local e do reino) exercido aqui pelo governador e os mineradores, contra os indígenas, no caso os Kayapó. Utilizavam para tanto os sertanistas e os próprios índios, uns contra os outros. E isso não foi privilégio nem dos goianos nem do século XVIII. A tática foi bastante manipulada e pelos bons resultados passou a ser usada com frequência⁸.

Os aldeamentos oficiais. Ou quartéis-aldeamentos? Aldeia do Rio das Pedras⁹

Dom Marcos de Noronha lamentou, em carta ao rei, que em Goiás não tivesse indígena aldeado nem poderia tê-lo de imediato. Não havia na província nenhum aldeamento. Por isso, quando se precisou de índios “mansos” para lutar contra os Kayapó foi necessário recorrer à província de Mato Grosso. Em 1741 vieram 100 Bororo, depois mais 150 ou 200 e numa terceira leva, em 1747, outros tantos. Assim, segundo os documentos, Antônio Pires passou a comandar 500 indígenas.

A função desse exército era proteger a Estrada São Paulo–Goiás dos ataques dos Kayapó “bilreiros”. Por isso Antônio Pires se localizou aí. Conforme as ordens que recebeu, atravessou o Paranaíba e estabeleceu a Aldeia do Rio das Pedras. Em carta de 1748 o governador manifestou o desejo de vê-lo arranchado no local denominado Sítio do Lanhoso. No mesmo ano, o regimento dizia que ele deveria se fixar na sua Aldeia do Rio das Pedras, como havia solicitado, mas, quando o número de Bororo crescesse, um grupo deveria se transferir para o Lanhoso.

A Aldeia do Rio das Pedras foi fundada em 1741 por Antônio Pires de Campos para abrigar seus guerreiros bororo. Foi construída numa região de bosque, duas léguas do Paranaíba, próxima ao ribeirão das Pedras. Daí seu nome. São poucas as notícias sobre ela (43:447-8 e 493; 16:249-50, 40:246; 2:78-9; 41:185). Em 1767 os Kayapó invadiram o arraial de Santa Luzia e ameaçaram o registro de São Bartolomeu. Os habitantes armaram uma bandeira para afugentá-los. Os juízes ordinários pediram a dom João Manoel de Mello que enviasse do Rio das Pedras índios Bororo para participar dela, “por ser a melhor gente do mato que tem a capitania”. Seguiram dezesseis com seu comandante Vítor Antônio. A bandeira toda era composta de 36 armas.

Enquanto a bandeira estava a caminho, os Kayapó atacaram o registro do Rio das Velhas. Outra vez os Bororo foram convocados. Partiram 24, assaltaram uma aldeia, prenderam catorze índios e recuperaram os objetos levados (45:90-2). Em 1918 D’Alincourt (21:79) encontrou a Aldeia do Rio das Pedras habitada ainda por índios e com dezoito casas. Casal (16:249-50) a descreve quase deserta devido à transferência, em 1811, de seus habitantes para o novo presídio de Nova Beira. Segundo conta Saint-Hilaire (40:248-53), o aldeamento era originalmente formado por trinta casas dispersas, a maioria coberta de sapé e as maiores construídas e cobertas com folhas de palmeira.

Quando Saint-Hilaire lá esteve, em 1819, encontrou dezoito casas. Os índios eram mestiços e estavam subordinados a um capitão e oficiais subalternos, escolhidos entre eles e por sua vez submetidos ao comandante do Rio das Velhas. Este era diretor dos diversos aldeamentos da região compreendida entre este rio e o Paranaíba. Os habitantes da povoação não pagavam dízimo, mas, se necessário, deveriam auxiliar o destacamento militar do Rio das Mortes. Prestavam serviço na balsa do Paranaíba ganhando 1 500 réis por mês. Suas terras eram inalienáveis, e com permissão deles os brancos podiam se estabelecer nelas, na condição de agregados. Ao se retirar eram obrigados a deixar as benfeitorias como indenização pelo uso da terra.

Trabalhavam na agricultura, cada um cuidando da sua roça, sob a direção do capitão, que podia castigar os preguiçosos. De vez em quando o diretor enviava um militar para examinar as plantações. A localização do aldeamento na Estrada São Paulo–Goiás facilitava a venda de seus produtos. Em vista disso afirma Saint-Hilaire que andavam sempre bem vestidos. Não havia entre eles nenhum artesão especializado. Compravam dos tropeiros ou permutavam com seus vizinhos algodão, fiado pelas mulheres, e peles de veado. Eram analfabetos e não conservavam nenhum costume de seus antepassados. Falavam entre si em língua indígena que Saint-Hilaire diz ser a língua geral ou da costa.

Atualmente no local da antiga Aldeia do Rio das Pedras está a cidade chamada Cascalho Rico (28:183). Em 1816 Goiás perdeu os julgados de Araxá e Desemboque para a província de Minas Gerais. Esta região se localiza entre os rios Paranaíba e Grande e era conhecida por Sertão da Farinha Podre. Constitui hoje o Triângulo Mineiro. Nela estava localizada a Aldeia do Rio das Pedras (15:44; 12:66).

Aldeia do Lanhoso

Disse há pouco que em 1750, por duas vezes, dom Marcos de Noronha se referiu ao local denominado Sítio do Lanhoso: na carta e no regimento. Nos documentos não consta quando o aldeamento foi criado. Sabemos que ele existiu através de poucas informações genéricas e superficiais.

Os documentos afirmam que Antônio Pires de Campos, obedecendo ordens do governador, atravessou o Parnaíba e na Estrada do Anhangüera fundou as Aldeias de Rio das Pedras, Sant'Ana e Lanhoso, para localizar seus guerreiros bororo. Esses aldeamentos eram conhecidos como Aldeias dos Índios e se localizavam no atual Triângulo Mineiro (41:186; 44:95; 28:183; 18:78-9).

Sousa (43:493) nos informa que Lanhoso vem do nome do primeiro habitante do lugar, que a região ficava a 12 léguas do Rio das Velhas e que no início o aldeamento foi dirigido pelos padres jesuítas. Brasil (12:49-

50) sugere que sua fundação se deu em 1748, com a transferência de Bororo para o local, onde havia um destacamento desde 1745.

Casal (16:249-50) disse que em 1775 os Bororo residentes em Sant'Ana foram transferidos para o Lanhoso e que "o mencionado Lanhoso, fundado perto do Uberaba falso, já não existe: o seu povo tinha-se unido com o do Rio das Pedras". D'Alincourt (21:76) encontrou o referido pouso com apenas um morador, "carregado de família, a quem dois índios ali estabelecidos queimaram tudo quanto possuía, e ainda quando passei estava arranchando debaixo de uma copa da árvore".

Saint-Hilaire (40:289-90) afirmou que onde outrora existia o aldeamento viu somente um rancho e duas miseráveis choupanas habitadas por índios descendentes dos Bororo, "mas essa boa gente me disse que tinha parentes estabelecidos na vizinhança". Descreveu a região como de terreno não uniforme, montanhoso, cheio de pedras, com os morros cobertos de árvores e os vales de bosques, e nas depressões pantanosas muito buriti e erva espessa. Reproduziu um quadro da população existente em 1821, tirado de Eschwege: cinco homens, oito mulheres e dezessete crianças, num total de trinta habitantes (:299).

Aldeia do Piçarrão

Outro aldeamento do qual pouco se sabe é a chamada Aldeia do Piçarrão. De acordo com Sousa (43:493), tratava-se de uma "pequena aldeia, para onde se passaram alguns casais, que se mudaram do Rio das Pedras, de que dista seis léguas". Segundo este autor, ele foi dirigido pelos jesuítas até a sua expulsão. D'Alincourt (21:79) apenas o citou em seu trajeto "(...) principia-se a descer para os moradores do Piçarrão, aonde há uma ermida, e para oeste corre um ribeirão (...) Dista 25 léguas de Boa Vista".

Em 1819 Saint-Hilaire (40:259) o localizou entre os aldeamentos de Boa Vista e Estiva¹⁰, com algumas casas, uma capela pequena e um rancho construído na margem do córrego Piçarrão. Tudo estava deserto. "Quan-

do os habitantes, originários do Rio das Pedras, se retiraram uns para Estiva, outros para Boa Vista, alguns ficaram, na verdade, na região, mas esses mesmos renunciaram à aldeia e foram estabelecer-se na vizinhança.” Castelnau (17:206-7) e sua comitiva, em 1843, pernoitaram na fazenda do Piçarrão. Seus habitantes haviam fugido ao avistá-los. Arrombaram a porta e no dia seguinte, ao partir, deixaram sobre a mesa uma indenização pelos prejuízos causados.

Discussão sobre os aldeamentos

Lombardi (27:54) muito bem sintetizou o período estudado aqui ao afirmar que “o processo de ocupação capitalista no Brasil, sempre teve que contar com a expropriação da terra e a ‘desinfecção’ de seus moradores indígenas, exterminados ou transformados em escravos. A colonização subentendia, portanto, conflitos entre colonizadores e indígenas. Para justificá-los, os representantes da ‘civilização’ lançavam mão de vários artifícios: os estereótipos de tribos inimigas, ferozes, bárbaras e pagãs, com os quais justificavam suas investidas contra os povos tribais; ademais contavam de antemão com a vitória certa, garantida pela supremacia militar; finalmente, tinham a garantia do apoio oficial da coroa em armas, homens e, principalmente, na adoção de uma política que, além de lhes ser favorável, era respaldada por um aparato legal”.

Desse modo, a política oficial sempre beneficiou o colonizador, representado pelos segmentos da população que penetrava nos territórios ainda não ocupados pelo branco, nunca os indígenas. Estes eram vistos sempre “como um empecilho ao desenvolvimento da *civilização cristã*”. A esta cabia a tarefa de “submetê-los, cristianizá-los, impor-lhes os *benefícios da civilização*”; finalmente, “trazê-los para o convívio dos *brancos* como *fiéis vassalos*” (27:54).

Por isso era necessário, primeiro, o trabalho dos bandeirantes, que após massacrar uma aldeia aprisionavam os remanescentes e os deixa-

vam nos aldeamentos, que continuavam o trabalho, agora “civilizando-os”, isto é, preparando-os como mão-de-obra gratuita para a colonização e/ou conservando-os dóceis, para uso futuro na luta contra os “bravos”.

Não cabe aqui analisar o trabalho realizado pelo bandeirante. Quero discutir a segunda etapa, ou seja, o papel do aldeamento. Este se caracterizava, segundo Azevedo (4:242; 3:26 e 23), por ser “criado” sob a supervisão do branco, missionário ou leigo, enquanto a aldeia era “aglomerado de habitações resultante da própria iniciativa e técnica indígena, sem a interferência de elementos da cultura dita civilizada – aglomerados *espontâneos*”. Embora a distinção seja válida, a meu ver o que caracterizava também um aldeamento era a sua função: “Fazer perder aos índios seus hábitos de vida errante, levá-los a agrupar-se e a viver vida sedentária (...) Depois, enquanto o missionário padre secular ou religioso, lhes ensinava a doutrina cristã, fazia-os trabalhar, derrubar os matos, cultivar o café, a cana-de-açúcar e o resto” (23:74).

A função dos aldeamentos era, portanto, “cristianizar”, ou seja, “substituir o mais depressa possível, e radicalmente, a cultura indígena pelas instituições européias”, como afirma Baldus (8:258; 7:147-8) ao citar as missões das colônias portuguesas, como exemplo do que chamou de administração direta. Para isso era importante a presença de missionários.

Também se fazia necessária a presença do Estado como força repressora e/ou auxiliar da Igreja. Para este fim foram criadas as companhias de pedestres “(...) corpo auxiliar assalariado, armado apenas de espada, a quem competia missão de vigilância e proteção (...) Estas companhias de pedestres permaneciam nos aldeamentos indígenas desde que estes se formavam, e ali desempenhavam suas funções necessárias à manutenção da ordem e à sobrevivência dos próprios aldeamentos” (18:37-8).

A repressão exercida pela Igreja e pelo Estado sobre os indígenas aldeados foi marcante em todos os sentidos. O objetivo principal era pressioná-los para que não encontrassem outra saída a não ser abrir mão de sua cultura em favor da alienígena. Em nome dessa “cristianização” compulsória mantinham-nos prisioneiros nos aldeamentos. Palacin (34:99)

diz: “Nas aldeias, os índios encontravam-se mais protegidos contra os abusos de todo tipo, especialmente sexuais (...) Numa carta circular aos juizes dos arraiais se comunicava que quem molestasse os índios das missões, ‘sendo mulato mameluco ou negro’ receberia duzentos açoites na parte mais pública do arraial e dois meses de cadeia ‘e sendo branco será logo preso e atuado, remetido a esta Vila, a sua custa, para lhe impor a pena de extermínio’ (...) Mais dura, ainda, era a disciplina imposta aos soldados de guarnição nas aldeias, em seu trato com os índios (...) Por isso a mestiçagem com o índio parece ter sido puramente ocasional durante o período colonial em Goiás, e de proporções muito modestas”.

Em vista disso entendo que os chamados aldeamentos do Rio das Pedras, do Lanhoso e do Piçarrão não constituíram aldeamentos propriamente ditos, como os posteriores, nem aldeias. Embora fossem “criados sob a supervisão do elemento branco”, no caso do coronel Antônio Pires de Campos, sob ordens do governador-geral, sua função ia além daquela que caracteriza um aldeamento.

Estavam sob as ordens de Antônio Pires de Campos, mas este enquanto comandante não tinha a função de catequizar, cristianizar ou fazer os índios perder sua cultura original e assimilar a dos colonizadores, embora isso fosse inevitável, previsto e até desejado. Seu papel imediato era outro: comandar um grupo de índios guerreiros, e que como tais deveriam permanecer sob risco de ser substituídos, e lutar permanentemente contra os Kayapó até livrar a Estrada do Anhangüera e os povoados de seus ataques, o que implicava destribalização e alteração da estrutura social tribal. Para isso estavam alojados naqueles locais, pontos militares estratégicos. E para isso foram trazidos em várias levadas de Mato Grosso. Também não consta que outros grupos indígenas tivessem se alojado ali para outros fins. Foram, portanto, quartéis de tropas indígenas, tomando o termo quartel como edifício onde se alojam tropas, ou quartéis-aldeamentos.

Os aldeamentos construídos mais tarde na província de Goiás eram, realmente, aldeamentos e foram estudados por mim nos trabalhos: “Aldeamentos goianos em 1750 – os jesuítas e a mineração”, São Paulo, *Rev.*

de Antropologia, vol. 30/31/32:111-132, 1987/88/89; “A agropecuária e os aldeamentos indígenas da província de Goiás”, São Paulo, *Perspectivas*, vol. 9/10:119-143, 1986/7; “A navegação fluvial e os aldeamentos em Goiás” (inédito) e “Os últimos aldeamentos indígenas da província de Goiás” São Paulo, *Rev. Mus. Paul.*, vol. 32:195-205, 1987.

Notas

- 1 Professor Assist. Doutor do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp – Araraquara, SP.
- 2 Alguns autores falam erroneamente em Aldeia de Sant’Ana do Rio das Pedras. Confusão dos nomes de dois aldeamentos: Rio das Pedras e Sant’Ana do Rio das Velhas.
- 3 Carvalho Franco diz que foram seis: Sant’Ana, Rio das Pedras, Lanhoso, Pimarrão (sic), Rio das Velhas e Guarinos. *Bandeiras e Bandeirantes de S. Paulo*, p. 261. Apud: Taunay (47:535-6).
- 4 Casal (16:247) se refere a Antônio Pires de Campos rapidamente, de maneira errônea e subjetiva.
- 5 Taunay, em outro trabalho (47:537-8), afirma que o governador o solicitara para socorrê-lo porque soubera de uma possível conspiração traidora, a respeito de roubo de quinto do ouro. Neste mesmo trabalho (:258) diz que após sua morte substituiu-o João de Godoi Pinto da Silveira.
- 6 Brasil (12:53, n. 48) fala em seqüestro de seus bens existentes em Rio das Pedras.
- 7 Casal (16:247) diz: “No meio do século passado vivia entre o Paranaíba e o rio Grande, uma horda de Bororos cujo cacique era então um paulista chamado Antônio Pires de Campos, moço de muita esperteza, habilidade e gênio

para fazer deste povo quanto dele se pretendesse por sua intermediação”. Coelho (19:139) se referindo à descoberta da capitania de Mato Grosso, em 1718, diz: “A Antônio Pires de Campos se deve este descobrimento porque viajando (...) em conquista do índio gentio, que reduziram à escravidão”(...) Também na carta de José Pinto da Fonseca (22:377-8) se lê sobre as atrocidades que ele fez com os índios Karajá, escravizando-os e vendendo-os a fazendeiros.

- 8 O poder político exercido aqui através dos governadores se articulava de várias maneiras e com várias forças, sempre objetivando o extermínio do índio ou de sua cultura. Como escrevi em outro trabalho (37:1986), a provisão de 30 de maio de 1753 “ordenava que se enviasse os silvícolas já domesticados com seus respectivos missionários ao centro das tribos selvagens para chamar seus irmãos à ‘civilização’. Ora se articulava com os bandeirantes, para destruí-los, ora com a Igreja, para submetê-los”.
- 9 Segundo informação oral de Maria Hilda Baqueiro Paraíso, “a documentação relativa aos aldeamentos em tela encontra-se em Goiás Velho e no Arquivo Público Mineiro”.
- 10 Estranha essa localização. Saint-Hilaire deve ter-se enganado.

Bibliografia

ABREU, J.C. de

- 1954 *Capítulos de história colonial (1500-1800)*, 4 ed, Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, pp. 386.

ALENCASTRE, J.M.P. de

- 1864 “Anais da província de Goiás”, in *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, 27:5-186, jul/set; 27 (p. 2^a):229-349, out/dez 1864; 28:5-167, jul/set 1865.

AZEVEDO, A. de

- 1959 “Aldeias e aldeamentos de índios”, in *Bol. Paul. de Geog.*, São Paulo, 33:23-40, out.
- 1970 *Brasil – a terra e o homem*, São Paulo, Ed. Nacional/Edusp, v. 2 (Brasiliana, 2 - Formato Especial).

BALDUS, H.

- 1954 *Bibliografia crítica da etnologia brasileira*, São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Serviço de Comemorações Culturais, vol. 1.
- 1968 *Bibliografia crítica da etnologia brasileira*, Hans Becher, Hannover, Nünstermann. vol. 2.
- 1939 “O trabalho indianista no Brasil”, *Rev. Arq. Mun.*, São Paulo, 57(5):139-150, maio.
- 1960 *Antropologia aplicada e o indígena brasileiro*, Anhembi, São Paulo, 40(119):257-66, out.

BELMONTE

- 1980 *No tempo dos bandeirantes*, Coleção Paulística 20, São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, pp. 322.

BEOZZO, J.O.

- 1983 *Leis e regimentos das missões*, São Paulo, Loyola, pp. 220.

BRASIL, A. do

- 1932 *Súmula de história de Goiás*, Goiás, Imprensa Oficial, pp. 154.

BRASIL, A.

- 1979 “Documentos históricos da capitania de Goiás”, *Rev. Inst. Hist. Geogr. de Goiás*, Goiânia, 8(7):47-66.

CAMPOS, A.P. de

- 1875 “Roteiro que deu o capitão-mor Antônio Pires de Campos...”, *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, Rio de Janeiro, 8(1):141-4.

1862 “Breve notícia que dá o capitão Antônio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas de Cuiabá”, *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, Rio de Janeiro, 25:437-49.

CARVALHO, J.C. de, PINTO, O.H. & SILVA, H.

1982 “Memória – justificativa dos limites de Goiás com os Estados de Mato Grosso, Minas Gerais, Pará e Bahia”, *Rev. Arq. Hist. Est.*, Goiânia, 4:37-75.

CASAL, Pe. M.A. de

1945 *Corografia brasílica*, 2 ed., São Paulo, Edições Cultura, 2 vol. (Série Brasílica).

CASTELNAU, F.

1949 *Expedição às regiões centrais da América do Sul*, São Paulo, Ed. Nacional, vol. 1 (Brasiliana, 266).

CHAIM, M.M.

1983 *Aldeamentos indígenas (Goiás 1749-1811)*, 2 ed., São Paulo, I.N.L./Fund. Nac. Pró-Memória, pp. 232.

COELHO, F.J.N.

1850 “Memórias cronológicas da capitania de Mato Grosso”, *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, Rio de Janeiro, 13:137-99.

CORRÊA FILHO, V.

1969 *História de Mato Grosso*, Rio de Janeiro, INL/MEC, Coleção Cultura Brasileira - Série “Estudos”, 2, pp. 774.

D'ALINCOURT, L.

1976 *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo, Martins, pp. 207, Biblioteca Histórica Paulista, 8, pp. 207.

FONSECA, J.P. da

1867 “Cópia da carta que o alferes...”, *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, Rio de Janeiro, 8:376-390.

GALLAIS, Pe. E.

1942 “O apóstolo do Araguaia”, *Revista dos Tribunais*, São Paulo, pp. 285.

HARTMAN, T.

1984 *Bibliografia crítica da etnologia brasileira*, Berlim, Reimer, vol. 3.

HOLANDA, S.B.

1986 *O extremo oeste*, São Paulo, Brasiliense/Secr. Est. Cult., pp. 272.

HOONAERT, E.

1984 “A igreja no Brasil-Colônia”, 2 ed., *Tudo é História*, São Paulo, Brasiliense, 45.

LOMBARDI, J.C.

1985 *A questão indígena e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil...*, Piracicaba, Escola Superior de Agricultura Luís de Queirós, dissertação de Mestrado, versão não-definitiva.

MAGALHÃES, B.

1978 *Expansão geográfica do Brasil colonial*, 4 ed., São Paulo, Ed. Nacional/MEC/INL, Brasileira, 45, pp. 348.

MATTOS, R.J. da C.

1874 “Corografia histórica da província de Goiás”, *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, Rio de Janeiro, 37(p.1):213-398, abr/jun, 38(p.1):5-150, jan/mar 1875.

NORONHA, D.M. de

1982a “Carta ao rei”, *Rev. Arq. Hist. Est.*, Goiânia, 4:15-16, mar.

1982b “Carta ao rei, pela Secretaria de Estado, datada de 4 de janeiro de 1750, Vila Boa”, *Rev. Arq. Hist. Est.*, Goiânia, 4:32-3, mar.

1982c “Carta ao rei”, *Rev. Arq. Hist. Est.*, Goiânia, 4:11-12, mar.

1984 “Carta a Marco Antônio de Azevedo Coutinho. Datada de Vila Boa, 16 de janeiro de 1750”, *Rev. Arq. Hist. Est.*, Goiânia, 5:56-8, mar.

PALACIN, L.

- 1972 *Goiás 1722-1822 – estrutura e conjuntura numa capitania de Minas*, Goiânia, Dep. Est. Cult. e Ed. Gráfica Oriente, pp. 177.
- 1979 Os três povoamentos de Goiás, *Rev. Inst. Hist. Geogr. de Goiás*, Goiânia, 8(7):81-95.

RAVAGNANI, O.M., MENENDEZ, M. & GALLOIS, D.

“Índice etnográfico da Rev. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, em realização.

RAVAGNANI, O.M.

- 1987/88/89 “Eu te batizo... em nome da servidão – A catequese dos Xavante”, São Paulo, *Rev. de Antropologia*, vol. 30/31/32:133-149.
- 1991 *A experiência Xavante com o mundo dos brancos*, Araraquara, Faculdade de Ciências e Letras (Unesp), pp. 138, textos, 9.

RODRIGUES, J.W.

- 1978 *Tropas paulistas de outrora*, São Paulo, Governo do Estado, Coleção Paulística, 10.

SAINT-HILAIRE, A. de

- 1937 *Viagens às nascentes do rio São Francisco e pela província de Goiás*, São Paulo, Ed. Nacional, vol. 2., Brasileira, 78.

SILVA, C.N.

- 1935 *História de Goiás*, Rio de Janeiro, Mundo Médico, vol. 1 e 2.

SIQUEIRA, J. da C.

- 1850 “Compêndio histórico cronológico das notícias de Cuiabá, repartição da capitania de Mato Grosso. Desde o princípio do ano de 1778 até o fim do ano de 1817”, *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, 13:5-124.

SOUSA, Pe. L.A. da S.

- 1844 “Memória sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notáveis da capitania de Goiás”, *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, Rio de Janeiro, 12(12):429-510, out/dez.
- 1918a “Subsídio para a história da capitania de Goiás. Carta de Martinho de Mello e Castro a José d’Almeida Vasconcellos. Datada de Vila Boa de Goiás, 2 de maio de 1773”, *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, Rio de Janeiro, 84:94-6.
- 1918b “Subsídio para a história da capitania de Goiás. Carta de João Manuel de Mello a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Datada de Vila Boa de Goiás, 22 de junho de 1767”, *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, Rio de Janeiro, 84:90-2,

TAUNAY, A. d’E

- s.d. *História das bandeiras paulistas*, 2^a ed. São Paulo, Melhoramentos, pp. 329, vol. 2.
- 1950 “Os dois Antônio Pires de Campos – a campanha dos Caiapós”, *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, Rio de Janeiro, 1:507-42, Congresso de História Nacional, 4.

ABSTRACT: The discovery of gold, the arrival of the white people to the area and the struggles with the Indians. The capitalist process of occupation, the enpropiation of the land and the adopted Indian politics. The beginning of the official settlements or were they only barracks of Indian regiments? The Indian village at Rio das Pedras, Lanhoso and Piçarrão.

KEY WORDS: Goiás, mining, land occupation, struggles with the Indians, capitalist expansion, official settlement, Indian politics, Bororo, Kayapó.

Aceito para publicação em janeiro de 1994.